
POR OUTRA UNIVERSIDADE: Um Projeto de Educação Popular na Perspectiva de Rocha Pombo

Alexandra Lima da Silva^(*)

A trajetória de Rocha Pombo é marcada por muitos projetos e ideais, sendo um deles, a defesa em torno das causas de instrução. O horizonte deste trabalho é compreender os significados da recorrente preocupação em relação à inexistência de universidades no país na experiência do intelectual. Qual o lugar da formação superior no âmbito das discussões sobre educação no país entre finais do século XIX e primeiras décadas do século XX?

Nascido em 1857, na cidade de Morretes, interior do atual estado do Paraná, sul do Brasil, José Francisco da Rocha Pombo, ainda muito jovem, ingressou no magistério das primeiras letras e no exercício da escrita em periódicos, publicando artigos relacionados à instrução. Mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital da República em 1897, onde, a partir de então, passou a frequentar os círculos intelectuais da cidade, em esforços diversos para sobreviver e se estabelecer no campo intelectual. Foi poeta, historiador, professor do Colégio Pedro II, da Escola Normal, membro do Instituto Histórico e Geográfico e jornalista. Morreu aos 75 anos, quando acabara de ser eleito para a Academia Brasileira de Letras, sem tomar posse¹.

Concebe-se Rocha Pombo enquanto intelectual, situando a categoria de análise no campo aberto pela chamada História Intelectual, no cruzamento das Histórias Política, Social e Cultural, onde intelectuais são definidos como produtores de bens simbólicos, mediadores culturais e atores do político, relativamente engajados na vida da cidade e/ou nos locais de produção e divulgação de conhecimento e promoção de debates. Em relação à categoria intelectual, são importantes referenciais as perspectivas teóricas de Jean-François Sirinelli, entendendo intelectuais em uma dupla acepção: uma mais ampla, como “criadores e mediadores culturais” e outra mais estreita, baseada na noção de “engajamento” (SIRINELLI, 1996, p. 231).

^(*) Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista nota 10 FAPERJ. E-mail: alexandralima1075@gmail.com.

¹ Muitas estudos de cunho biográfico já foram escritos sobre Rocha Pombo, dentre os quais, cito: AMARAL, Julio. *Rocha Pombo e a História do Brasil*. Ceará, Typ. Minerva - Assis Bezerra, 1925; PILOTO, Valfrido. *Rocha Pombo*. Biografia. Curitiba, 1953; MACHADO, Brasil Pinheiro. “Rocha Pombo”. In: *Paraná no centenário*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987; CARDIM, Elmano. *Rocha Pombo: o escritor e o historiador*. Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 1958; QUELUZ, Gilson. L. *Rocha Pombo - Romantismo e Utopias*. (1880/1905). Curitiba, Ed. Aos Quatro Ventos, 1998.

DO SONHO À FRUSTRAÇÃO: A TENTATIVA DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ EM 1892

Muitos estudos na historiografia da educação têm analisado o lugar do ensino superior no Brasil, interrogando os sentidos do debate controverso, em que para muitos intelectuais como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, a universidade seria uma instituição tardia na então América Portuguesa, sobretudo na comparação com a América Espanhola, onde já existiriam cerca de 27 universidades à época da independência². De acordo com Luiz Antonio Cunha, Portugal proibiu a criação de universidades na colônia, concedendo bolsas para que os filhos de alguns colonos pudessem estudar em Coimbra, permitindo também, que os jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia, sendo o primeiro estabelecimento de ensino superior criado pelos jesuítas em 1550 (CUNHA, 2007, p. 152). Por sua vez, o autor acentua que seria inútil procurar um critério nas características das instituições que ministravam ensino superior, “pois ele é encontrado em conventos, hospitais, quartéis e, até mesmo, em instituições especializadas: escolas, colégios, faculdades, academias, universidades” (CUNHA, 1980, p. 18). Por seu turno, considera-se a universidade enquanto parte do ensino superior, uma “comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior” (CHARLE; VERGER, 1996, p. 7).

Em finais do século XIX, o debate em torno da criação de uma universidade no país era acirrado. De um lado, os liberais defendiam a universidade enquanto importante tarefa educativa. Por outro lado, os positivistas oponentes, alegando que tratava-se de uma instituição “irremediavelmente comprometida com o conhecimento metafísico (na classificação comteana), que a ciência estava destinada a substituir”(CUNHA, 2007, p. 156).

Ademais, muitas foram as iniciativas e projetos em torno da criação de universidades no Brasil, evidenciando que não havia consenso neste campo tenso e conflituoso. Em 1892, o intelectual paranaense Rocha Pombo elabora um projeto de construção de uma universidade em Curitiba, concebendo-a como um dos principais espaços de modernização da cidade, produtora da marcha rumo ao progresso à civilização (CAMPOS, 2006, p. 25). Desse modo, a proposta de Rocha Pombo de criação de uma universidade na capital do estado do Paraná é considerada bastante peculiar no período, uma vez que muitas das discussões em torno da criação de universidade

² A esse respeito, ver: MENDONÇA, Ana Waleska P. C. “A universidade no Brasil”. *Rev. Bras. Educ.*, nº.14, (Jul 2000),p.131-150. Ver também, a trilogia: CUNHA, L. A. C. R. *A universidade crítica – o ensino superior na República Populista*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982; CUNHA, L. A. C. R. *A Universidade Reformada - O Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988; CUNHA, L. A. CUNHA, L. A. C. R. *A Universidade Temporã - O Ensino Superior da Colônia A Era de Vargas*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

estavam centralizadas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, onde se encontravam as faculdades de Direito, Engenharia e Medicina.

A proposta do intelectual foi aprovada pela Lei 63, de 10 de dezembro de 1892, na qual determinava que “a universidade compreenderá, pelo menos, os seguintes cursos: Direito, Letras, Comércio, Agronomia, Agrimensura e Farmácia. Além do curso geral, cujos programas ficarão sujeitos à aprovação do Congresso Legislativo” (LEIS DO PARANÁ, 1892, p. 262, apud CAMPOS, 2006, p. 42).

Conforme analisa Névio de Campos, a concepção de universidade defendida por Rocha Pombo se caracterizava por um projeto diferenciado de ensino superior, sobretudo ao se constituir pelos cursos de Letras e Formação Profissional, além da proposição de extinção do Ginásio Paranaense e da Escola Normal, que passariam a constituir um das seções da instituição de nível superior, “caracterizando uma ação pioneira, pois a formação de professor ganhava o status de formação superior, o que naquele momento pouco se discutia nas principais cidades do Brasil” (Ibidem, p. 43). Na perspectiva do intelectual paranaense, o ideal de universidade contemplava a formação integral do conhecimento humano, enquanto “o ponto de partida, o fundamento e o elo que unia todos os saberes construídos pelo ser humano” (Idem). De acordo com Rocha Pombo, a falta de apoio do estado fez com que o projeto não saísse do papel, uma vez que não atendia aos interesses dos grupos dirigentes no poder, sendo “a expressão da falta de articulação entre o seu ideário e as políticas públicas implementadas pelos dirigentes do Estado do Paraná” (Ibidem, p. 46).

Se por um lado, o projeto de criação de uma universidade defendido em 1892 não teve êxito, em 1912, se configurou no Paraná um outro modelo, bastante diferente do idealizado por Rocha Pombo. A terceira universidade do país contou com apoio e investimento do governo estadual, na qual se ofereceriam os cursos de Engenharia Civil, Direito, Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Comércio. Todavia, também a universidade criada em 1912 não teve vida longa, pois a proibição de equiparação de instituições de ensino superior em cidades com menos de 100 mil habitantes encerrou o projeto da universidade, que foi dissolvida, restando as faculdades livres, como as de Medicina, Direito e Engenharia (CUNHA, 2007, p. 151-204).

Para muitos de seus estudiosos, Rocha Pombo teria sucumbido em sua experiência de proprietário de prelos e jornais, sem êxito na vida política, contraindo inclusive, muitas dívidas no projeto derrotado da criação da Universidade do Paraná. De acordo com Névio de Campos, Rocha Pombo utilizava a militância política em prol das causas republicana e abolicionista, sendo que os desafetos advindos desta atuação tiveram impacto para a não efetivação de seu projeto universitário, ou seja, “o fato desse intelectual estabelecer sua trajetória política no Partido Conservador foi

determinante para a inexpressiva contribuição do estado ao projeto universitário, em 1892, momento em que os seus adversários políticos controlavam a esfera estatal paranaense” (CAMPOS, 2006, p. 24).

Até finais do século XIX, era pouco conhecido nos círculos intelectuais consagrados, estando fora do circuito da capital federal. Tal marginalidade era tamanha, que Sacramento Blake, escreveu a seu respeito: “José Francisco da Rocha Pombo nasceu em Morretes, atual estado do Paraná, a 4 de dezembro de 1857. Nada mais sei a seu respeito, senão que escreveu...” destacando, neste ponto, as obras: *Ao povo*; *A religião do Belo*; *A supremacia do Ideal*; e o requerimento e memorial para a criação da universidade do Paraná. Talvez, a tentativa de ampliar seu círculo de contatos e prestígio social, tenha motivado a mudança junto da esposa, Dona Carmelita Azambuja da Rocha Pombo e dos três filhos (Victor da Rocha Pombo, Julia da Rocha Pombo Bond e Regina da Rocha Pombo) para o Rio de Janeiro em 1897, onde seu campo de produção passa a centrar-se na escrita de obras de cunho historiográfico, didático e na imprensa, e principalmente, no magistério, uma vez que não poderia viver somente da pena, aspiração de muitos dos intelectuais do período³.

Por outro lado, o intelectual paranaense não abandona as causas em torno da educação. Em *O grande problema*, obra editada em 1900 pela Tipografia do Brasil, traça um plano de criação de um novo Instituto de Educação, sendo possível vislumbrar os diferentes entendimentos do autor em relação às ideias de educação e instrução⁴. Instruir seria a consolidação da existência moral, onde “não são apenas as classes cultas que o reconhecem: nos lares mais humildes, onde o apoucamento das inteligências parece reduzir as aspirações, vamos encontrar a mesma ansiedade que põe em movimento as classes abastardas” (POMBO, 1900, p. 3). Já a educação seria algo mais amplo, atingindo às situações privadas da vida, a família, sendo necessária, a superação do caráter tão

³ Com relação à vida intelectual e literária no Brasil do contexto do final do século XIX e décadas iniciais do século XX, os estudos têm evidenciado o caráter “polimórfico e polifônico” da categoria, sobretudo no que tange ao ecletismo e à diversidade nas frentes de atuação. São referências importantes os estudos de: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e política no Brasil: entre o povo e a nação*, São Paulo, Ática, 1990; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões e criação cultural Primeira República*, 1983. São Paulo, Companhia das Letras, 2003; ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*, São Paulo, Paz e Terra, 2002.

⁴ No âmbito da historiografia da educação, estudos têm se debruçado sobre a distinção entre instruir e educar, na passagem do século XIX para o século XX, que se manifestava, sobretudo, nas ações voltadas às classes pobres, nas quais as instituições de ensino não deveriam apenas instruir, mas principalmente, educar, *incutindo normas de comportamento, hábitos e determinados valores culturais, em detrimento da cultura e dos valores das próprias camadas populares*. Deste modo, educar, no sentido de difundir valores morais e comportamentos, instruindo por meio da alfabetização e do ensino de ofícios artesanais ou agrícolas, seriam ações fundamentais para um Estado que necessitava manter hierarquias e distinções sociais em uma sociedade que implodia, tanto do ponto de vista de sua base - fim da escravidão - quanto em relação à grande complexidade social. Cf. SCHUELER, Alessandra. “Crianças e escolas na passagem do Império para a República”. *Rev. bras. Hist.*, n.37 São Paulo, (1999).

exclusivamente clássico e cerebral na educação então existente. Explicita em *O grande problema*, a preocupação com a instrução para o povo, sobretudo no sentido de “criar escolas, arrolar analfabetos, compeli-los os pais a ver na escola o templo para onde se devem voltar toas as inspirações do seu amor, toda a sua solicitude pela sorte dos filhos”, pois esta seria uma questão que se manifestaria de maneira absoluta na consciência universal, sendo este o caminho para a solução de todos os problemas de ordem social (Ibidem, p. 2).

Por sua vez, defende que as atenções devem ser voltadas tanto para a escola atual, uma vez que seria a fonte das desgraças, quanto para o trabalho, que deve tornar independente cada chefe de família, habilitando o homem simples do povo a “sair da contingência a que o reduziram na vida moderna as complicações de natureza social” (Ibidem, p. 4). Já as crianças pobres, necessitariam de instrução gratuita, ou seja, “precisam de ser preparadas para a vida pela solicitude do estado”, contudo, afirma que é preciso uma outra escola gratuita, pois as que se ofereceriam às crianças do povo apenas as inutilizaria, as preparariam para a miséria, “essa nova escravidão que o ensino atual não elimina, antes agrava e torna mais tremenda” (Ibidem, p. 31). Agravaria ainda mais a situação das escolas gratuitas, a existência de poucos mestres zelosos, que, pagos pelo governo, e amparados pela dita politicagem, “não ligam os mestres ao cumprimento do seu dever, ao desempenho da sua missão o destino da própria família” (Idem).

Acrescenta que não seria a pobreza em que regra, frequentaria os estabelecimentos de instrução superior, e sim, os ricos, tendo em vista que aos desamparados, dão-se institutos que lhes convenham. Em tom de manifesto, argumenta que “ao estado cumpre cuidar, antes de tudo, dos desvalidos” (Ibidem, p. 32). Entretanto, o problema não estaria apenas na instrução primária, “a única com que pode contar a pobreza”, como também, no próprio ensino superior, em situação desoladora, uma vez que, muitos formados em cursos e profissões liberais, não necessariamente encontrariam vaga correspondente ao seu ofício no mercado de trabalho, sendo a alternativa, lançar mão de expedientes para obter um emprego, cargo público, jornalismo, magistério, dentre outros. Por isso, o intelectual paranaense defendia que, as instruções secundária, preparatória e superior, também competiriam ao estado, pois:

Só assim, arredaríamos das academias as multidões que só procuram diplomas e que ficam, quase sempre, sem profissão. Além de reduzirmos incalculavelmente o número infinito de bacharéis, de médicos, de engenheiros, de farmacêuticos, de médicos, de engenheiros, de dentistas, de agrimensores, etc. teríamos a vantagem de tê-los mais bem preparados e mais capazes: a redução de quantidade importaria um lucro seguro de qualidade, mesmo sem contar com os efeitos de severa inspeção que se organizasse (Ibidem, p. 34).

Outro aspecto defendido pelo intelectual seria a localização das universidades, que deveriam ser afastadas de centros populosos, a exemplo do que já se dava nos Estados Unidos, em que “é tal a vantagem, que a tendência geral hoje é essa que se manifesta contra a fundação de estabelecimentos de tal ordem nas grandes cidades. Para isso concorre, sobretudo, o exemplo que vem da Inglaterra” (Ibidem, p. 57).

Ainda em favor da causa da educação das crianças pobres e desvalidas, Rocha Pombo avalia que o governo deveria criar tantas novas escolas quantas fossem necessárias, a fim de recolher dos centros urbanos o grande número de crianças que se perderiam para a vida, para então, sim, se estabelecer a obrigatoriedade do ensino, na qual, “deveríamos incluir mesmo no nosso código o crime de abandonar uma criança aos azares da sorte, desprovida de todos os meios de se fazer um elemento de bem comum no futuro” (POMBO, 1900, p. 35).

Em *O grande problema*, a visão sobre a instrução pelo país afora é ácida e negativa. Para Rocha Pombo, nos últimos dez anos, o problema da instrução pública nos estados brasileiros só teria piorado, pois “a república não teve tempo de cuidar disso. Em muitos estados é questão morta, da qual nem cogitam os politiquieiros... se não quando disfarçam com os interesses de pátria os bons negócios que andam fazendo” (Ibidem, p. 44). Acentua que, apesar de em todas as capitais existir uma escolar destinada a preparar para o magistério, os alunos saíam destas escolas, “tão professores como quando entraram, pois para o intelectual paranaense, nem a organização, nem a disciplina, nem o regime, nem os programas, nem os processos didáticos, nada, em suma, se coaduna com os fins de semelhantes institutos” (Ibidem, p. 46).

NOVOS ENCONTROS, UM VELHO IDEAL: A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE NO BRASIL

Em meio à efervescência social e ao intenso movimento trabalhista no maior centro industrial nos anos iniciais do século XX, o Rio de Janeiro, então a capital federal, viu nascer a Universidade Popular de Ensino Livre, em 1904. Dentre os que participaram e contribuíram na criação da universidade, muitos ligados ao anarquismo, outros, apenas simpatizantes da causa, onde destacam-se os nomes de Araújo Viana, Carvalho e Behring, Curvelo de Mendonça, Deodato Maia, Érico Coelh, Evaristo de Moraes, Fábio Luz, Felisbello Freire, Joaquim Murtinho, José Veríssimo, Martins Fontes, Morales de los Rios, Pedro do Couto, Pereira da Silva, Platão de Albuquerque, Rocha Pombo, Rodolfo Bernadelli, Silva Marques e Sinésio de Faria (LOPES, 2006, p. 208). Além dos citados, intelectuais como Sílvio Romero e Manuel Bonfim, amigo pessoal de Rocha Pombo, seriam simpatizantes e apoiadores da causa (BOTELHO, 2002, p. 67).

De acordo com Milton Lopes, a Universidade Popular⁵ apresentava objetivos bastante abrangentes, como a organização de um curso de ensino superior de acordo com a ciência moderna, a criação de uma biblioteca e de um museu social, a realização de conferências públicas sobre os assuntos sociais, excursões científicas, concertos, exposições, a criação de uma revista da universidade, enfim, a fundação de um centro popular visando o prazer e à instrução moral dos trabalhadores e homens do povo. As dificuldades financeiras faziam com que a Universidade Popular frequentemente mudasse o endereço de sua sede, sempre nas adjacências do centro do Rio.

Rocha Pombo se posicionava no chamado grupo dos periféricos, pois “não eram anarquistas, mas pensavam de modo semelhante aos libertários, ou mantinham com eles estreita colaboração, eventualmente amizade” (OLIVEIRA, 2009, p. 26). Na perspectiva do libertário Fabio Luz, o paranaense Rocha Pombo defendia uma espécie de “comunismo cristão”. Utilizavam-se aulas-palestras que “se referiam a temas compactos e autônomos e a inscrição, feita sem burocracia, exigia apenas o pagamento de uma taxa para a efetivação da matrícula” (Ibidem, p. 27). Na Universidade Popular, o intelectual paranaense ministrava palestras e aulas de História das Civilizações. As atividades ocorriam regularmente, sempre à noite, de quinta à domingo, sendo o currículo enriquecido com aulas de Filosofia, Higiene, Geografia, Aritmética, Matemática, Português, Economia Social, Desenho e Modelagem e Francês (LOPES, 2006, p. 221).

Em outubro de 1904, no mesmo ano em que foi fundada, a Universidade Popular fechou suas portas, com efêmera existência.

Após duas tentativas frustradas em torno da criação de uma universidade, Rocha Pombo reencontra a velha aspiração em viagem realizada ao norte do Brasil em 1917. No estado do Amazonas, o intelectual se encanta ao visitar a Universidade de Manaus, da qual era diretor o Dr. Astrolabio Passos, sendo o edifício descrito como modesto, “um tanto acanhado, muito exíguas as salas” (POMBO, 1918, p. 175). A instituição é considerada ainda sem grandes recursos, “contando só com a paixão dos obreiros que a levantam” (Idem). Em terras amazonenses visitou ainda, o Instituto Universitário, do qual era diretor Dr. José Chavalier. Descreve que ali pôde ver uma “multidão de meninos falando em pátria, e trêmulos de entusiasmos ao ouvirem o nome do Brasil. E era afinal a mesma exaltação em todas as escolas” (Ibidem, p. 181).

⁵ Com perspectivas e preocupações em muitos aspectos distintas, em 1904, se define em Portugal uma Universidade Popular, possuindo, ensino diurno, ensino noturno destinado a adultos, além de “dinamizar actividades diversificadas na área da chamada extensão cultural, de que é exemplo a realização de cursos (com carácter lectivo ou livre), conferências e visitas de estudo, dentre outros”. Cf: PINTASSILGO, Joaquim. *Imprensa de educação e ensino, universidades populares e renovação pedagógica*. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3998/3/Imprensa%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>.

A visita à universidade, contudo, não foi fortuita ou por acaso, sendo parte, conforme já exposto, das preocupações defendidas pelo intelectual desde finais do século XIX. Localizada fora do circuito Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, A Universidade de Manaus de 1909 é considerada a primeira do país criada “explicitamente com esse nome”, advinda da prosperidade gerada pela exploração da borracha na região. A referida universidade, fruto da iniciativa de grupos privados, originou-se a partir da Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas (TUFFANI, 2009), e oferecia os cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de formação de oficiais da Guarda Nacional. Na perspectiva de Luiz Antonio Cunha, o esgotamento econômico da região levou ao fim da instituição em 1926, restando apenas a Faculdade de Direito (CUNHA, 1980, p. 162).

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

As três universidades vislumbradas por Rocha Pombo: a do Paraná, Manaus e Universidade Popular, enquadram-se na definição defendida por Luiz Antonio Cunha das universidades de vida curta, pois não tiveram êxito em suas existências (CUNHA, 1980, p. 177).

Contudo, algumas indagações persistem. Uma delas, por que os projetos de universidade e educação superior defendidos por Rocha Pombo não tiveram vida longa?

Analisar a trajetória de um intelectual como Rocha Pombo, e seus envolvimento e defesas em torno da criação de uma universidade no país, o aproxima, em muita medida, da perspectiva em que “as lutas pela criação da universidade no Brasil são lutas diferentes, de pessoas e grupos diferentes quem em momentos diferentes, buscaram instituições diferentes que de comum só tinham o nome de universidade” (Idem). Nota-se por meio desse sujeito, uma constante luta para estabelecer-se no campo intelectual, estando muitas vezes, à margem dos meios acadêmicos para consolidar sua formação, uma vez que, “só concluirá o curso de direito aos 55 anos de idade, após vinte anos de residência no Rio de Janeiro” (BEGA, 2001, p. 157-158). Autodidata, declarava que tinha mania de aprender e estudar, alegando que “em geral, eu gostava de estudos que me deixassem alguma coisa de real: história, costumes, legislação, antiguidades, etc. Mas o que eu queria mais era escrever” (POMBO, 1883, p. 9). Por sua vez, as defesas em torno de uma educação popular de forma ampla, conjugando com a necessidade de formação do povo brasileiro, que deveria ser “objeto da preocupação e do esforço de todos os governos e de todas as populações” (Ibidem, p. 102), podem ter contribuído para a falta de investimentos e apoio em torno da criação de uma universidade no país, que nas perspectivas de Rocha Pombo, deveria ser a responsável pela formação de sábios capazes de promover a elevação moral e intelectual do país. A defesa da

instrução em um intelectual como Rocha Pombo, representava a aproximação entre o “povo” e os homens de letras” do país para a superação do “atraso”, rumo ao “progresso” e ao desenvolvimento pela educação, em sentido amplo.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- AMARAL, Julio. *Rocha Pombo e a História do Brasil*. Ceará, Typ. Minerva - Assis Bezerra, 1925.
- BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*, Tese de Doutorado (Sociologia), USP, 2001.
- BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil. A nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas, Ed Unicamp, 2002.
- CAMPOS, Névio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*. Universidade Federal do Paraná, Tese de Doutorado (Educação), 2006.
- CARDIM, Elmano. *Rocha Pombo: o escritor e o historiador*. Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 1958.
- CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *História das universidades*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- CUNHA, L. A. C. R. *A universidade crítica – o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- CUNHA, L. A. C. R. *A Universidade Reformanda – O Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- CUNHA, L. A. C. R. *A Universidade Temporã – O Ensino Superior da Colônia A Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- CUNHA, Luiz Antonio. “Ensino Superior e a Universidade no Brasil”. In: TEIXEIRA, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*, Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LOPES, Milton. “A Universidade Popular: Experiência Educacional Anarquista no Rio de Janeiro”. In: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil*. Niterói: EdUFF, Rio de Janeiro, Mauad, 2006.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. “Rocha Pombo”. In: *Paraná no centenário*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C. “A universidade no Brasil”. *Rev. Bras. Educ.*, n. 14, (Jul 2000),p.131-150.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990.
- OLIVEIRA, Juliana Matosinho de. *Embates pela educação: as iniciativas libertárias de ensino e o estado na primeira república em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul*. Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- PILOTO, Valfrido. *Rocha Pombo*. Curitiba: [s.n.], 1953.
- POMBO, José Francisco da Rocha. *O grande problema*. (Plano de um novo instituto de educação), Rio de Janeiro, companhia tipográfica do Brasil, 1900.
- POMBO, José Francisco da Rocha. *A supremacia do ideal* (Estudo sobre educação), Cidade do Castro, Typografia do Echo de Campos, 1883.
- PINTASSILGO, Joaquim. *Imprensa de educação e ensino, universidades populares e renovação pedagógica*. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3998/3/Imprensa%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>.
- QUELUZ, Gilson. *L. Rocha Pombo – Romantismo e Utopias*. (1880/1905). Curitiba: Ed. Aos Quatro Ventos, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões e criação cultural Primeira República*, 1983. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SCHUELER, Alessandra. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Rev. bras. Hist*, n. 37, São Paulo, 1999.

TUFFANI, Eduardo. Centenário da universidade brasileira: para a história da Universidade de Manaus. *Soletras*, n. 17, 2009.

RESUMO

O horizonte do presente trabalho é compreender os significados do envolvimento do intelectual José Francisco da Rocha Pombo na criação de universidades no país. Em 1892, Rocha Pombo elaborou um projeto de construção de uma universidade em Curitiba, concebendo-a como um dos principais espaços de modernização da cidade, produtora da marcha rumo ao “progresso à civilização”. Simpatizante da causa anarquista, participou da criação da Universidade Popular de Ensino Livre, no Rio de Janeiro, em 1904. Em viagem ao Norte do Brasil, no ano de 1917, se encantou com a Universidade de Manaus. Na perspectiva do intelectual, a Universidade deveria fazer parte de um projeto de educação popular, responsável pela formação de sábios capazes de promover a elevação moral e intelectual do país.

Palavras-chave: Rocha Pombo. Universidade. Educação Popular.

ABSTRACT

The horizon of this study is to understand the meanings of the involvement of the intellectual José Francisco da Rocha Pombo in the creation of universities in the country. In 1892, Rocha Pombo developed a project to build a university in Curitiba, conceiving it as a major modernization of the city spaces, producer of the march to "progress of civilization." Sympathetic to the anarchist cause, participated in the creation of the Free University Popular Education in Rio de Janeiro in 1904. Traveling to Northern Brazil, in 1917, became fascinated with the University of Manaus. In view of the intellectual, the University should be part of a project of popular education, responsible for the training of scholars capable of promoting the moral and intellectual elevation of the country.

Keywords: Rocha Pombo. University. Popular Education.

Submetido em: 22 out. 2012

Aceito em: 26 out. 2012